FACULDADE DE DIREITO DO SUL DE MINAS

PROGRAMA DE MESTRADO EM DIREITO

CECILIA RANGEL RIBEIRO (GRADUAÇÃO)
MARIA FERNANDA PEREIRA ROSA (GRADUAÇÃO)
SILVIA HELENA DE OLIVEIRA
VANESSA RAFAELI TEIXEIRA CARNEIRO

PROJETO DE INSERÇÃO SOCIAL "ACOLHER" – CONSTRUINDO CAMINHOS PARA A INCLUSÃO SOCIAL DAS PESSOAS EM ITUAÇÃO DE RUA – EM CONJUNTO COM A SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS SOCIAIS DA PREFEITURA DE POUSO ALEGRE/MG.

POUSO ALEGRE – MG

2023

FACULDADE DE DIREITO DO SUL DE MINAS

PROGRAMA DE MESTRADO EM DIREITO

PROJETO DE INSERÇÃO SOCIAL "ACOLHER" – CONSTRUINDO CAMINHOS PARA A INCLUSÃO SOCIAL DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA – EM CONJUNTO COM A SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS SOCIAIS DA PREFEITURA DE POUSO ALEGRE/MG.

Projeto de Inserção Social apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Direito no nível Mestrado, da Faculdade de Direito do Sul de Minas – FDSM -, na área de concentração Constitucionalismo e Democracia, para aprovação e início das ações aqui descritas, pelo núcleo de Inserção Social, coordenado pelo Prof. Dr. Edson Vieira da Silva Filho, visando cumprir com o crédito de "Participação em Projeto de Inserção Social" como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Direito da FDSM.

POUSO ALEGRE – MG

2023

SUMÁRIO

I. Representante do grupo 4
I.I. Componentes do grupo 4
II. Resumo 6
III. Introdução 6
IV. Tema 8
V. Problemas 10
VI. Justificativa 14
VII. Hipóteses 19
VIII. Publico Alvo 19
IX. Instituição parceira conveniada - Secretaria Municipal de Políticas Sociais da Prefeitura de Pouso Alegre/MG 20
X. Descrição das atividades propostas 25
XI. Objetivo geral e objetivos específicos 30
XI.I. Objetivo geral 30
XI.II. Objetivos acadêmicos 30
XI.III. Objetivos de sensibilização 30
XI.IV. Objetivos materiais 30
XII. Metodologia 30
XIII. Resultados esperados 31
XIV. Relatório 32
XV. Considerações finais 39
XVI. Bibliografia 40

I. REPRESENTANTE DO GRUPO



Silvia Helena de Oliveira, Mestranda pela Faculdade de Direito do Sul de Minas, Área de Concentração Constitucionalismo e Democracia, Linha de pesquisa "efetividade dos Direitos Fundamentais Sociais". Graduada em Direito Pelo Centro Universitário Salesiano São Paulo (UNISAL). Possui Especialização em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho pela UNISAL e Formação de Docentes para o ensino Superior pela UNISAL. Advogada da Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL. Integrante do grupo de pesquisa Novos Rumos do Direito do Trabalho (Cood. Prof. Pós Dr. Paulo Eduardo Vieira de Oliveira). E-mail: silvia.imbel@gmail.com.

Responsável pelo contato com a instituição conveniada na pessoa do gerente do CENTRO POP E CEMAPA e com a Faculdade de Direito do Sul de Minas para, organizando os eventos e providenciando o material a ser utilizado para a execução do projeto (impressão das cartilhas e do cartaz, aquisição de rede, papeis para anotação, canetas, mapa do Brasil, fios, alfinetes e caixa para arrecadação de roupas).

I.I COMPONENTES DO GRUPO:



Vanessa Rafaeli Teixeira Carneiro, Mestranda pela Faculdade de Direito do Sul de Minas, Área de Concentração Constitucionalismo e Democracia, Linha de pesquisa "efetividade dos Direitos Fundamentais Sociais". Graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC – Minas). Possui Especialização em Direito do Trabalho e previdenciário pela PUC-Minas. Advogada trabalhista no escritório Lopes Rezende Sociedade de Advogados. Integrante do grupo de pesquisa Direito Internacional Crítico (Cood. Prof. Dr. Cícero Krupp da Luz). E-mail: **vanessa.rtcarneiro@gmail.com.**
Responsável pela elaboração da cartilha, do cartaz, da conta do Instagram para divulgação e do logo a ser utilizado no cartaz, cartilha e redes sociais, além de participar de todas as atividades.



Cecília Rangel Ribeiro, Técnica em Radiologia pelo Colégio João Paulo II; estudante no 8° (oitavo) período de Graduação em Direito pela Faculdade de Direito do Sul de Minas (FDSM). Integrante do grupo de pesquisa Novos Rumos do Direito do Trabalho (Cood. Prof. Pós Dr. Paulo Eduardo Vieira de Oliveira). Linhas de pesquisa: saúde; saúde pública; direito administrativo e direito do trabalho.
E-mail – rrangel.cecilia@gmail.com.
Responsável pelo apoio pratico à divulgação e arrecadação de roupas na FDSM, distribuição de cartilha no Mercado Municipal de Pouso Alegre/MG, oficinas a serem realizadas no centro pop e trabalho de acolhimento no CEMAPA.



Maria Fernanda Pereira Rosa, Acadêmica da Faculdade de Direito do Sul de Minas, é bolsista FAPEMIG no Programa de Iniciação Científica da Faculdade de Direito do Sul de Minas. Integrante do grupo de pesquisa do CNPq Arte e Direto, Direito Internacional Crítico e ao grupo Novos Rumos do Direito do Trabalho, todos vinculados ao PPGD da FDSM. Atua como monitora das disciplinas História do Direito e Interpretação e Argumentação Jurídica, ministradas pelo Prof. Dr. Rafael Lazzarotto Simioni. Atua também como monitora do Parlamento Jovem do Estado de Minas Gerais**. E-mail: maferosacontact@gmail.com.**

Responsável pelo apoio pratico à divulgação e arrecadação de roupas na FDSM, distribuição de cartilha no Mercado Municipal de Pouso Alegre/MG, oficinas a serem realizadas no centro pop e trabalho de acolhimento no CEMAPA.

II. RESUMO

O presente projeto de inserção social é direcionado à população em situação de rua do município de Pouso Alegre – Minas Gerais e tem como objetivo integrar o conhecimento acadêmico à sociedade civil. Focando na educação sobre direitos fundamentais, foram realizadas atividades educativas para capacitar a população em situação de rua. Além disso, promoveu-se eventos culturais e interativos para fomentar a integração social, visando reduzir estigmas e preconceitos. A mobilização da comunidade acadêmica na coleta de doações e sua distribuição eficiente contribuíram para suprir as necessidades imediatas dessa população, solidificando o compromisso com uma abordagem sustentável e inclusiva, aspirando construir uma compreensão mais profunda e empática entre a população em situação de rua e a sociedade em geral.

Palavras-chave: população em situação de rua; direitos fundamentais.

III. INTRODUÇÃO

O Projeto de inserção Social disciplinado pelo programa de Inserção Social da FDSM, visa desenvolver a formação multidimencional dos pequisadores, com o objetivo de incluir na grade de ensino da pós-graduação *strictu sensu,* atividades práticas, afim de resultar, de maneira efetiva, em transformações sociais, fazendo com que a base teórica das pesquisas reflita, no mundo concreto, mudando a vida de pessoas reais.

Nesse contexto, o presente projeto trata da condição humana e os direitos inerentes a essa condição, com enfoque na fundamentalidade dos direitos sociais garantidos pela Constituição Federal, cujo poder público deve efetivar por meio de políticas públicas, com ações que visem a inclusão de todo ser humano no seio da sociedade, enquanto sujeito de direito e obrigações. As atividades serão realizadas em conjunto com a Secretaria de Políticas Sociais da Prefeitura de Pouso Alegre/MG[1], que é responsável por efetivar os objetivos da Política Nacional para a população em situação de rua, atuando para assegurar o acesso amplo, simplificado e seguro aos serviços e programas que integram as políticas públicas de saúde, educação, previdência, assistência social, moradia, segurança, cultura, esporte, lazer, trabalho e renda.

Na busca de expandir e potencializar as informações e atividades promovidas pela instituição, fundamentado pela experiência acadêmica que o PPGD/FDSM oferece aos alunos do Mestrado, o projeto mostra-se de extrema relevância, visto que a população em situação de rua no Brasil, conforme estimativa realizada até final de 2022, publicada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), atinge o número de 281.472[2], parcela significativa da população, cuja presente pesquisa poderá possibilitar conhecimentos, atendendo aos interesses dos moradores de rua, marcados por situações de assédio e violência em abrigos e em abordagens policiais, negação de atendimento por ausência de documentação ou domicilio fixo, subtração de pertences e expulsão do espaço Urbano.

As atividades consistem em proposta de oficina com objetivo de trabalhar as experiências vividas pelas pessoas em situação de rua, estabelecendo vínculos e ampliando as possibilidades de dialogar sobre o processo de ‘ir para as ruas’ como alternativa de processos

[1] Secretária Municipal de Politicas Sociais da Prefeitura de Pouso Alegre. Disponível em: https://www.fdsm.edu.br/arquivos/insercao-social/convenio-pmpa-instituicoes.pdf. Acesso 12/01/2023.
[2] NATALINO, Marco. Estimativa da População em situação de rua no Brasil (2012-2022) - Brasília: Ed. Ipea, 2022, p. Disponível em: Https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11604/1/NT_Estimativa_da_Populacao_Publicacao_Preliminar.pdf . acesso em 17/02/2023.

de autonomia e rompimento de violações, para além do que temos como ‘falta de opção’, bem como ampliar a composição sobre a rede relacional e de apoio formais, informais e representar as trajetórias dos participantes, na perspectiva de que ouvir e refletir sobre essas experiências possam ressignificá-las.

Após as oficinas o grupo distribuirá as cartilhas, fazendo a leitura e iniciando um diálogo sobre os principais direitos da população em situação de rua. As cartilhas também serão entregues no mercado municipal e nos estabelecimentos próximos ao centro da cidade, com o intuito de sensibilizar e informar tanto os destinatários do projeto (população de rua), como os comerciantes, a respeitos dos direitos e dos procedimentos a serem adotados em situações que envolvam esse segmento da população.

A título de apoio material, será realizada campanha de arrecadação de roupas na FDSM, com breve exposição nas salas de aula e fixação de ponto de arrecadação na entrada da instituição acadêmica, cujo objetivo é envolver os estudantes e arrecadar roupas para serem doadas ao CEMAPA, visto que é uma das necessidades materiais mais premente, pois ao receber os moradores de rua o CEMAPA fornece as roupas limpas, mas não possui uma reserva suficiente para atender a todos.

IV. TEMA

O Tema “acolher” trata da condição humana e os direitos inerentes a essa condição, com enfoque na fundamentalidade dos direitos sociais garantidos pela Constituição *Federal*, cujo poder público deve efetivar por meio de políticas públicas, com ações que visem a inclusão de todo ser humano no seio da sociedade, enquanto sujeito de direito e obrigações.

O acolhimento das pessoas em situação de rua está contemplado no Decreto nº. 7.053, de 23 de dezembro de 2009[3], que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua, a ser implementada de acordo com os princípios, diretrizes e objetivos previstos neste Decreto.

São consideradas população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas

[3] Decreto 7.053, de 23 der dezembro de 2009 disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm, acesso em 26/02/2023.

degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória.

A Política Nacional para a população em situação de rua norteia-se pelos princípios da igualdade e equidade; respeito à dignidade da pessoa humana; direito à convivência familiar e comunitária; valorização e respeito à vida e à cidadania; atendimento humanizado e universalizado; e respeito às condições sociais e diferenças de origem, raça, idade, nacionalidade, gênero, orientação sexual e religiosa, com atenção especial às pessoas com deficiência.

Para garantir a efetividade dos princípios elencados, o Decreto prevê as diretrizes a serem observadas pelo poder público ou instituições conveniadas, que devem atuar de modo a efetivar a promoção dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais; estabelecendo que é responsabilidade do poder público a elaboração e financiamento; a articulação das políticas públicas federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal; a integração das políticas públicas em cada nível de governo; integração dos esforços do poder público e da sociedade civil para sua execução; participação da sociedade civil, por meio de entidades, fóruns e organizações da população em situação de rua, na elaboração, acompanhamento e monitoramento das políticas públicas; incentivo e apoio à organização da população em situação de rua e à sua participação nas diversas instâncias de formulação, controle social, monitoramento e avaliação das políticas públicas; respeito às singularidades de cada território e ao aproveitamento das potencialidades e recursos locais e regionais na elaboração, desenvolvimento, acompanhamento e monitoramento das políticas públicas; implantação e ampliação das ações educativas destinadas à superação do preconceito, e de capacitação dos servidores públicos para melhoria da qualidade e respeito no atendimento deste grupo populacional; e democratização do acesso e fruição dos espaços e serviços públicos.

A Secretaria de Políticas Sociais da Prefeitura de Pouso Alegre/MG[4] é responsável por efetivar os objetivos da Política Nacional para a população em situação de rua, atuando para assegurar o acesso amplo, simplificado e seguro aos serviços e programas que integram as políticas públicas de saúde, educação, previdência, assistência social, moradia, segurança, cultura, esporte, lazer, trabalho e renda; garantindo a formação e capacitação permanente de profissionais e gestores para atuação no desenvolvimento de políticas públicas intersetoriais, transversais e intergovernamentais; efetuando a contagem oficial da população em situação de

[4] Secretária Municipal de Politicas Sociais da Prefeitura de Pouso Alegre. Disponível em: https://www.fdsm.edu.br/arquivos/insercao-social/convenio-pmpa-instituicoes.pdf. Acesso 12/01/2023.

FDSM

rua; desenvolvendo ações educativas permanentes que contribuam para a formação de cultura de respeito, ética e solidariedade entre a população em situação de rua e os demais grupos sociais, de modo a resguardar a observância aos direitos humanos; incentiva a pesquisa, produção e divulgação de conhecimentos sobre a população em situação de rua, contemplando a diversidade humana em toda a sua amplitude étnico-racial, sexual, de gênero e geracional, nas diversas áreas do conhecimento; possui centro de defesa dos direitos humanos para a população em situação de rua (CENTRO POP); mantém a disponibilização de canais de comunicação para o recebimento de denúncias de violência contra a população em situação de rua, bem como de sugestões para o aperfeiçoamento e melhoria das políticas públicas voltadas para este segmento; proporciona o acesso das pessoas em situação de rua aos benefícios previdenciários e assistenciais e aos programas de transferência de renda, na forma da legislação específica; possui meios de articulação entre o Sistema Único de Assistência Social e o Sistema Único de Saúde para qualificar a oferta de serviços; adota padrão básico de qualidade, segurança e conforto na estruturação e reestruturação dos serviços de acolhimento temporários, com fornecimento de roupas limpas para higiene, de acordo com o disposto no art. 8º (CEMAPA); disponibiliza centros de referência especializados para atendimento da população em situação de rua, no âmbito da proteção social especial do Sistema Único de Assistência Social (CENTRO POP); implementa ações de segurança alimentar e nutricional suficientes para proporcionar acesso permanente à alimentação pela população em situação de rua à alimentação, com qualidade (CEMAPA); e disponibilizar programas de qualificação profissional para as pessoas em situação de rua, com o objetivo de propiciar o seu acesso ao mercado de trabalho.

Nesse contexto, o Grupo de Inserção Social *Acolher* busca expandir e potencializar as informações e atividades promovidas pela instituição, fundamentado pela experiência acadêmica que o PPGD/FDSM oferece aos alunos do Mestrado.

V. PROBLEMA

A população em situação de rua no Brasil, conforme estimativa realizada até final de 2022, publicada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), atinge o número de 281.472[5] no Brasil. O histórico de Tratamento dessa população é marcado pela repressão e pela

[5] Natalino, Marco. Estimativa da População em situação de rua no Brasil (2012-2022) - Brasília: Ed. Ipea, 2022, p. Disponível em: Https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11604/1/NT_Estimativa_da_Populacao_Publicacao_Preliminar.pdf . **acesso em 17/02/2023**.

FDSM

invisibilidade, haja vista que com a transição do trabalho escravo para o trabalho livre, no século XIX, a classe dominante se viu diante da necessidade de realizar ajuste para adequar sua visão de mundo às transformações socioeconômicas, pois anteriormente, a existência dos escravos era considerada uma questão de propriedade, o escravo executava o trabalho e era propriedade do senhor, não havia problematização relativa a essa mão de obra[6].

No entanto, com a abolição do tráfico negreiro em meados do século XIX, o mundo do trabalho passou a ser um problema, os Barões do império foram obrigados a pensar o fim da propriedade escrava e encontrar uma forma de inserir os libertos na sociedade, agora como trabalhadores livres, era necessário garantir que o liberto se tornasse um trabalhador. Esse problema tinha dois aspectos, o pratico que consistia em adotar medidas que obrigassem o liberto a trabalhar, e a revisão do conceito do trabalho, com a instituição de valores para a construção de uma nova ética do trabalho. Era necessário apresentar uma roupagem para o mundo do trabalho, uma roupagem que afastassem o caráter aviltante e degradador inerente à sociedade escravista, dando-lhe um valor positivo, apresentando o trabalho como uma condição para que o liberto pudesse fazer parte da implantação de uma nova ordem burguesa no Brasil[7].

Chalhoub, em seu pequeno ensaio, trata das transformações do universo mental das classes dominantes diante da transição do trabalho escravo para o trabalho livre, por meio de um estudo de caso – o debate sobre a repressão da ociosidade na Câmara dos deputados em 1888, acompanhando o esforço para a construção de uma nova ética do trabalho, bem como entender como a classe dominante utilizou essa nova ordem do trabalho, focando na oposição do mundo da ociosidade e do crime, para preservar sua posição na estrutura social, ou seja, manter a sociedade essencialmente como é[8].

Para tanto[9], o conceito de ociosidade foi criado a partir de um simples processo de inversão: todos os predicados associados ao mundo do trabalho são negados quando o objeto de reflexão é a vadiagem, considerada uma ameaça constante à ordem, pois o ocioso é aquele que se nega a pagar sua divida com a comunidade através do trabalho honesto. Outro aspecto relevante é a relação estabelecida entre ociosidade e pobreza. O Código criminal na época e o próprio projeto comentado por Chalhoub, reconheciam que eram duas as condições elementares

---

[6] CHALHOUB, Sidney. "Vadios e barões no ocaso do Império: o debate sobre a repressão da ociosidade na Câmara dos Deputados em 1888." Estudos Ibero-Americanos 9, no. 1, 2 (1983): 53. Disponível em: https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/36351/19101. acesso em 17/02/2023.

[7] Ibid., p. 54.

[8] Ibid., p. 53-68.

[9] Ibid., p. 62.

FDSM

para que ficasse caracterizado o delito da vadiagem: o hábito e a indigência, em especial a última, pois o individuo é ocioso mas possui condições para garantir sua sobrevivência, ele não representa perigo à ordem social.

O Autor[10] ressalta que o universo ideológico das classes dominantes brasileiras, no caso do império, parece estar dividido em dois mundos que se definem por sua oposição um ao outro: de um lado, há o mundo do trabalho, de outro, há o mundo da ociosidade e do crime. No discurso dominante, o mundo da ociosidade e do crime está à margem da sociedade civil, concebido como a imagem invertida do mundo virtuoso da moral, do trabalho e da ordem, desse mundo caótico e amoral, fazem parte centenas de milhares de libertos e ainda outros tantos brasileiros pobres.

Chalhoub[11] questiona a visão tradicionalmente veiculada pelas classes dominantes brasileiras - tanto no passado quanto no presente - de que a vadiagem e o crime são contradições dentro do sistema, simples consequências indesejáveis de suas deficiências. A hipótese lançada é a de que a existência da ociosidade e do crime tem uma utilidade óbvia quando interpretada do ponto de vista da racionalidade do sistema: ela justifica os mecanismos de controle e sujeição dos grupos sociais mais pobres. Mais do que isto, já que ideologicamente quase se equivalem os conceitos de pobreza, ociosidade e criminalidade - são todos atributos das chamadas "classes perigosas" - então a decantada "preguiça" do brasileiro e a "violência inata" das classes populares servem como poderosos antídotos contra qualquer tentativa de estabelecer uma política social mais justa e igualitária.

É oportuno lembrar que a cada renovação do capital e desenvolvimento econômico, são produzidos refugos humanos, na forma de refugiado, migrantes, população em situação de rua, favelados, prisioneiros, marginalizados, conforme ensinamento de Bauman[12], o refugo humano faz parte da estrutura de classe e de poder, não representa um segmento excluído socialmente, pois, afinal, ela está em um campo no espaço social e a sociedade a contém.

Em razão da ideologia de classe, a lei de 13 de maio de 1888 era percebida como um ameaça à ordem, porque nivelava as classes sociais de um dia para o outro, provocando um

[10] Ibid., p. 64.
[11] Ibid., p. 66.

[12] [12] ZYGMUNT, Bauman. Vidas Desperdiçada; Tradução Carlos Alberto Medeiros - Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2005, p.53.

FDSM

deslocamento de profissões de hábitos, com consequências imprevisíveis[13]. Os escravos deixaram de ser vistos como objeto para serem considerados ameaça para a população civilizada, após a abolição da escravatura, foram aprovados projetos para reprimir a vadiagem, tanto o Código Criminal de 1830, como o Código Penal de 1890 e a Lei de Contravenções Penais de 1941, previam penas para a "vadiagem". O artigo da Lei de Contravenção Penal que trata da mendicância como ociosidade ou cupidez, somente foi revogado em 2009 pela Lei nº.11.983.

A celeuma é: as pessoas em situação de rua deixaram de ser consideradas criminosas recentemente, contudo, a concepção inculcada pela classe dominante, de que os moradores de rua são pessoas desocupadas e precisam ser reprimidas e forçadas a trabalhar, ou ainda, a recusa em enxergar essas pessoas como um cidadão, um membro da sociedade, um ser humano que também é destinatário das garantias fundamentais previstas na Constituição Federal. O histórico evidencia que o legado de tratamento baseado na repressão e na invisibilidade ainda está presente, embora tenha ocorrido uma evolução relativa aos direitos desse segmento, com o Decreto nº. 7.053/2009, na melhor das hipóteses essas pessoas são tidas como cidadãos de segunda classe.

O problema proposto é viável considerando que podemos resolvê-lo ou encontrar diretrizes para sua solução na literatura proposta. O projeto é de extrema relevância, visto que a população em situação de rua no Brasil, conforme estimativa realizada até final de 2022, publicada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), atinge o número de 281.472[14], parcela significativa da população, cuja presente pesquisa poderá possibilitar conhecimentos, visto que guarda sintonia com a evolução científica, podendo ser lavada a uma conclusão válida, atendendo aos interesses dos moradores de rua, marcados por situações de assédio e violência em abrigos e em abordagens policiais, negação de atendimento por ausência de documentação ou domicilio fixo, subtração de pertences e expulsão do espaço Urbano e da população de Pouso Alegre-MG.

---

[13] CHALHOUB, Sidney. "Vadios e barões no ocaso do Império: o debate sobre a repressão da ociosidade na Câmara dos Deputados em 1888." Estudos Ibero-Americanos 9, no. 1, 2 (1983): 55. Disponível em: https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/36351/19101. acesso em 17/02/2023.

[14] NATALINO, Marco. Estimativa da População em situação de rua no Brasil (2012-2022) - Brasília: Ed. Ipea, 2022, p. Disponível em: Https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11604/1/NT_Estimativa_da_Populacao_Publicacao_Preliminar.pdf . acesso em 17/02/2023.

FDSM

VI. JUSTIFICATIVA

Os Direitos Humanos consistem num agrupamento de direitos necessários à concretização da dignidade humana, permitindo que a vida em sociedade seja pautada na liberdade, igualdade e dignidade. Independentemente da raça, nacionalidade, etnia, idioma, religião ou qualquer outra condição, os direitos humanos são inerentes a todos os seres humanos.

Maria Celina Bodim Moraes[15] esclarece que a dignidade humana consiste na qualidade intrínseca e distintiva de cada ser humano, que o protege contra todo tratamento degradante e discriminatório odioso, bem como assegura condições materiais de sobrevivência, configurando atributo que todo individuo possuí, inerente à sua condição humana, não importando qualquer outra condição referente à nacionalidade, opção política, orientação sexual, credo entre outros.

Os Direitos Humanos são definidos de maneira variada, tanto no contexto do Direito Internacional quanto no Direito Nacional. A Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem de 1948[16], em seu preâmbulo, dispõe que todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos e, como são dotados pela natureza de razão e consciência, devem proceder uns para com os outros. Na proposição há uma indicação de direito e também uma determinação que abrange todos os seres humanos, garantindo o direito à liberdade e igualdade, e ao mesmo tempo prescreve a obrigação de garantir o exercício do direito de uns para com os outros.

A Declaração de Direitos Humanos[17] estabelece no preâmbulo a necessidade de respeito aos "direitos do homem" e logo após a "fé nos direitos fundamentais do homem" e ainda o respeito "aos direitos e liberdades fundamentais do homem".

O Conselho Nacional dos Direitos Humanos – CNDH, criado pela Lei nº 12.986, de 02 de junho de 2014[18], tem por finalidade a promoção e a defesa dos direitos humanos, mediante ações preventivas, protetivas, reparadoras e sancionadoras das condutas e situações de ameaça ou violação desses direitos, definindo como direitos humanos sob a sua proteção os direitos e

---

[15] MORAES, Maria Celina Bodin. Na medida da pessoa humana. Estudos de Direitos Civil Constitucional. Rio de Janeiro: Renovar, 2010.

[16] BOGOTÁ. Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem. 1948. Disponível: https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/b.declaração_americana.htm. Acesso em 27 de julho de 2023.

[17] Declaração universal dos Direitos Humanos. Disponível: https://www.oas.org/dil/port/1948%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20Universal%20dos%20Direitos%20Humanos.pdf. Acesso em 31/07/2023

[18] BRASIL. Lei nº 12.986, de 02 de junho de 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12986.htm. Acesso em 31/07/2023.

FDSM

garantias fundamentais, individuais, coletivos ou sociais previstos na Constituição Federal ou nos tratados e atos internacionais celebrados pela República Federativa do Brasil.

Nesse contexto, numa definição concisa entende-se por direitos humanos como sendo um conjunto mínimo de direitos necessários para assegurar uma vida do ser humano baseada na liberdade, igualdade. A dignidade é a qualidade intrínseca e distintiva de cada ser humano que o faz merecedor de respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade, implicando nesse sentido um complexo de direitos e deveres fundamentais. Os direitos humanos, por sua vez, asseguram uma vida digna, na qual o indivíduo possui condições adequadas de existência, participando ativamente da vida em comunidade.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 menciona os termos da "dignidade da pessoa humana" e "direitos humanos", no artigo 4º, inciso II, do título II intitula-se direitos e garantias fundamentais, já o artigo 5º, LXXI adota o termo "direitos e liberdades constitucionais, o artigo 17, CRFB, destaca a expressão "direitos fundamentais da pessoa humana". Quando trata das cláusulas pétreas, a Constituição ainda faz menção à expressão "direitos e garantias individuais" (artigo 60, parágrafo 4º, CRFB).

Assim, para construir uma sociedade livre, solidaria e justa, garantir o desenvolvimento nacional, erradicar a pobreza e a marginalização, reduzir as desigualdades sociais e regionais e promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação, é necessário dar efetividade aos objetivos fundamentais do Estado brasileiro consagrados no artigo 3º, da Constituição de 1988.

A exclusão social é um termo muito utilizado por governantes, jornalistas, políticos e estudiosos, figurando como tema de conferências, congressos, livros e trabalhos. Contudo, a abordagem é generalista, não foca nos destinatários da exclusão social, mas sim no tema. Logo, há uma inversão de prioridades, conduzindo a um trajeto onde já não teria importância de quem estamos falando e sim o que estamos falando[19].

Essa inversão não é acidental, como abordamos ao tratar do problema enfrentado no projeto, pois Chalhoub constata que as transformações do universo mental das classes dominantes diante da transição do trabalho escravo para o trabalho livre, evidencia o esforço para a construção de uma nova ética do trabalho, com intuito da classe dominante de utilizar a nova ordem do trabalho, focando na oposição do mundo da ociosidade e do crime, para

[19] ESCOREL, S. Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999, 275 p. ISBN: 978-85-7541-605-1. Available from: doi: 10.7476/9788575416051. Also available in ePUB from: http://books.scielo.org/id/rbtvb/pdf/escorel-9788575416051.pdf.

FDSM

preservar sua posição na estrutura social, ou seja, manter a sociedade essencialmente como é[20]. A referida inversão revela o simbolismo existente na sociedade, Pierre Bourdieu[21] afirma que o espaço social, nos mais diversos contextos, simboliza espontaneamente a sociedade, não há espaço, em uma sociedade hierarquizada, que não seja hierarquizado e que não exprima as hierarquias e as distâncias sociais, sob uma forma (mais ou menos) deformada, e sobretudo, dissimulada pelo *efeito de naturalização* que a inscrição durável das realidades sociais no mundo natural acarreta: diferenças produzidas pela lógica histórica podem, assim, parecer surgidas da natureza das coisas.

Bourdieu ressalta que o espaço social encontra-se inscrito ao mesmo tempo nas estruturas espaciais e nas estruturas mentais que são, por um lado, o produto da incorporação dessas estruturas, o espaço é um dos lugares onde o poder se afirma e se exerce, e, sem dúvida, sob a forma mais sutil, a da violência simbólica como violência desapercebida, que se caracteriza pelo distanciamento das classes a margem da sociedade, distanciamento respeitoso, imposto, simbolicamente, àqueles que não fazem parte da sociedade.

Segundo Bourdieu, a capacidade de dominar o espaço é definida de acordo com o capital que se possui. O capital permite manter à distância as pessoas e as coisas indesejáveis ao mesmo tempo aproximam as pessoas e as coisas desejáveis. Os que não possuem capital são mantidos à distância, seja física, seja simbolicamente, dos bens socialmente mais raros e condenados a estar ao lado das pessoas ou dos bens mais indesejáveis e menos raros. Nada é mais intolerável que a proximidade física (vivenciada como promiscuidade) de pessoas socialmente distantes.

A presença indesejada de parte da população, que é tida como população excedente, segundo Bauman[22], numa sociedade de produtores, são as pessoas cuja mão-de-obra não pode ser empregada com utilidade, já que todos os bens que a demanda atual e futura é capaz de absorver podem ser produzidos – e produzidos com maior rapidez, maior lucratividade e mais economicidade. Numa sociedade de consumidores, essas pessoas também são falhas, pois são carentes de dinheiro, no mercado consumidor, os consumidores falhos são seus passivos mais irritantes e custosos.

---

[20] CHALHOUB, Sidney. "Vadios e barões no ocaso do Império: o debate sobre a repressão da ociosidade na Câmara dos Deputados em 1888." Estudos Ibero-Americanos 9, no. 1, 2 (1983): 53-68. Disponível em: https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/36351/19101. acesso em 17/02/2023.

[21] BORDIEU, Pierre. Efeitos de lugar in A Misério do mundo/ sob direção de Pierre Bourdieu; com contribuições de A. Accaedo... et al., 9. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

[22] ZYGMUNT, Bauman. Vidas Desperdiçada; Tradução Carlos Alberto Medeiros - Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2005, p.53.

FDSM

A população excedente é mais uma variedade do refugo humano, baixas colaterais, não intencionais e não planejadas, do progresso econômico. No curso do progresso econômico, as formas existentes de ganhar a vida são sucessivamente desmanteladas e partidas em componentes destinados a serem remontados (reciclados) em novas formas. Nesse processo alguns componentes são danificados a tal ponto que não podem ser consertados, enquanto que outros sobrevivem a fase do desmonte. Ninguém planeja as baixas colaterais do progresso econômico, ou traça por antecipação a linha que divide o condenado do salvo. A responsabilidade do refugo humano recai sobre o sistema, sobre as demandas do mercado, sobre as pressões para se obter mais produtividade e eficiência, encobrindo ou negando de modo explicito qualquer conexão com as intenções, a vontade , as decisões e as ações de pessoas reais, dotadas de nomes e endereços.[23]

Bauman[24] ressalta que as causas das exclusões podem ser diferentes, mas, para aqueles situados na ponta receptora, os resultados são quase os mesmos, são considerados supérfluos, imprestáveis, desnecessários e indesejados, e suas reações, inadequadas ou ausentes. A sociedade organizada trata-os como parasitas e intrusos. Segundo Viviane de Melo Resende[25] o espaço público passa a constituir o espaço privado de um número cada vez maior de pessoas, que se tornam parte do 'cenário' urbano das principais cidades brasileiras. As classes economicamente privilegiadas já não podem evitar a coexistência espacial com a miséria e, mesmo que prefiram não olhar para aqueles/as que nada têm, não podem deixar de vê-los/as: estão lá. Ao mesmo tempo em que os processos de globalização unem no tempo espaços geograficamente afastados, separam mundos sociais que compartilham o mesmo espaço-tempo. Em outras palavras, Bourdieu[26] argumenta: "há lugares que aproximam pessoas que tudo separa, obrigando-as a coabitarem, seja na ignorância ou na compreensão mútua, seja no conflito, latente ou declarado, com todos os sofrimentos que disso resultem".

Morar nas ruas significa necessariamente desvincular-se da esfera sócio familiar, e resulta na exclusão do mundo do trabalho. A situação da população de moradores de rua envolve, então, fatores econômicos, sociais e familiares, fazendo com o que o indivíduo experimente o sentimento de não pertencer a lugar algum, segundo Hannah Arendt[27] a

[23] Ibidem, p. 54.
[24] Ibidem, p. 55
[25] RESENDE, Viviane de Melo. A naturalização da miséria contemporânea: análise discursiva crítica de uma circular de condomínio. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, v. 8, p. 71-91, 2008.
[26] BOURDIEU, P. (Org.) A miséria do mundo. Petrópolis: Vozes, 2012, p.11.
[27] ARENDT, Hannah. A Condição Humana. Tradução de Roberto Raposo, posfácio de Celso Lafer. – 10 ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

FDSM

experiência de não pertencer ao mundo, é uma das mais radicais experiências que o homem pode ter.

É necessário que se adote, paralelamente às medidas de amparo às pessoas em situação de rua, medidas preventivas para a reconstrução de vínculos sociais. Também é fundamental uma intensa articulação social, envolvendo governo, sociedade e academia, com o intuito de enfrentamento desse grave problema social com reflexos no ambiente de segurança, mas de forma a dar uma solução e garantir uma vida digna às pessoas em situação de rua. Para isso, tem-se que a corrente de igualdade de chances ou igualdade de oportunidades. É nesse contexto que se posicionam as normas relativas à educação e à saúde. Imagina-se que uma pessoa saudável e que tenha acesso à educação será capaz de construir sua própria dignidade em uma sociedade capitalista, que consagra a livre iniciativa, independentemente do auxílio da autoridade pública.

Nesse contexto destaca-se o papel da academia, que tem como missão a transformação social. Com base nesses preceitos que o projeto busca levar as informações relativas aos direitos da população em situação de rua da cidade de Pouso Alegre/MG, atuando de acordo com os princípios da Política Nacional para a População em Situação de Rua, destacando o respeito à dignidade da pessoa humana; o direito à convivência familiar e comunitária; a valorização e respeito à vida e à cidadania; o atendimento humanizado e universalizado; e- respeito às condições sociais e diferenças de origem, raça, idade, nacionalidade, gênero, orientação sexual e religiosa, com atenção especial às pessoas em situação de rua.

Os Autores citados abordam a temática relativa a exclusão social de modo a evidenciar que a exclusão guarda um simbolismo atrelado ao poder econômico, que reflete a hierarquia presente na sociedade. A exclusão social compromete as condições materiais de sobrevivência do ser humano, o expõe a situações degradantes e discriminatória, demonstrando a importância e urgência de envolver a academia e a sociedade, de modo a conscientizar a sociedade a respeitos dos direitos constitucionais, em especial, desse seguimento da população, vez que a Constituição Federal de 1988 estabelece como prioridade o direito a vida, à liberdade, ao respeito, à dignidade, à alimentação, à saúde, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, ao trabalho, à previdência social, à assistência social, `habitação, ao transporte, ao acesso à Justiça e às medidas específicas de proteção das pessoas em situação de rua.

O Programa de Pós-Graduação em Direito ofertado pela Faculdade de Direito do Sul de Minas com área de concentração no *Constitucionalismo e Democracia e linha de pesquisa com*

FDSM
Faculdade de Direito do Sul de Minas

enfoque na efetividade dos direitos fundamentais sociai. Destarte, os projetos desenvolvidos dentro do PPGD não poderiam ter como justificativa e fundamentação marcos teóricos que fugissem desta temática. Para este projeto em específico, "acolher" utiliza das teorias relativas aos direitos fundamentais da pessoa humana, buscando dar efetividade ao constitucionalismo e o exercício da democracia.

VII. HIPÓTESES

1) A aproximação da academia com a realidade por meio da promoção de ações permite que os mestrandos possam atuar de modo a dar efetividade à base teórica adquirida na Pós-graduação, com o objetivo de transformar a realidade social;
2) abordar os direitos da população em situação de rua nas oficinas propostas e no trabalho em conjunto com o CEMAPA os ajudará a procurar amparo e utilizar dos direitos e instrumentos que lhes são direcionados.
3) divulgar o projeto, o trabalho desenvolvido pelo Centro Pop e CEMAPA nas salas de aula da FDSM e realizar a arrecadação de roupas, visa envolver conscientizar os acadêmicos a respeito da responsabilidade social das instituições de ensino.
3) Ao distribuir cartilhas contém dados relevantes sobre algum problema social, efetiva-se em determinada escala os objetivos acadêmicos e de sensibilização.

VIII. PÚBLICO ALVO

O Projeto de inserção social "acolher" a ser desenvolvido em conjunto com a Secretaria Municipal de Políticas Sociais, no Centro Pop e CEMAPA, tem como público alvo as pessoas em situação de rua da cidade de Pouso Alegre/MG, com o objetivo de dar visibilidade a esse segmento da população, tratando dos direitos sociais previstos na Constituição Federal e diretrizes previstas no Decreto nº. 7.053, de 23 de dezembro de 2009[28].

As atividades também visam sensibilizar a comunidade da referida cidade, a respeito dos direitos das pessoas em situação de rua, divulgando informações a respeito das atividades realizadas pela Secretaria Municipal de políticas sociais (CENTRO POP e CEMAPA),

[28] Decreto 7.053, de 23 der dezembro de 2009 disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm, acesso em 26/02/2023.

cientificando a população sobre a responsabilidade social do Estado e da comunidade para com seus cidadãos.

IX. INSTITUIÇÃO PARCEIRA CONVENIADA - SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS SOCIAIS DA PREFEITURA DE POUSO ALEGRE/MG

O presente projeto será implementado em conjunto com a Secretaria Municipal de Políticas Sociais da Prefeitura de Pouso Alegre/MG, que possui uma rede de Proteção Social Pública Municipal da Área de Assistência Social distribuída em Unidades Executoras, perfazendo um perfil de atendimento ao público. O projeto acolher realizará as atividades de oficinas no CENTRO POP (Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas em Situação de Rua), programa desenvolvido pela Secretaria Municipal de Políticas Públicas, que desenvolve ações no município de Pouso Alegre, atuando como referência para o atendimento especializado para as pessoas em situação e ou vivência de rua; realizam orientações, acompanhamentos, encaminhamentos visando garantia e efetivação de direitos.

As atividades 4 e 5 serão realizadas no CEMAPA, unidade responsável pelo Serviço de Acolhimento Institucional, nas modalidades: abrigo institucional; Casa de Passagem Atendimento ao migrante, itinerante em situação de rua na cidade de Pouso Alegre, oferecendo abrigo, alimentação, higienização, encaminhamentos e passagens.

Em janeiro de 2023 os integrantes do grupo se reuniram para definir as ações (foto 01), após a escolha da instituição, foi realizada uma visita ao Centro Pop e CEMAPA, com o intuito de conhecer as dependências e os trabalhos realizados. A Visita foi acompanhada pelo Gerente Roberto Aparecido da Silva, responsável pelo Centro Pop e Cemapa, conforme registro fotográfico a seguir:

a) CENTRO POP

Foto 01 – primeira reunião do grupo –
Jan/23

FDSM
Faculdade do Sul de Minas

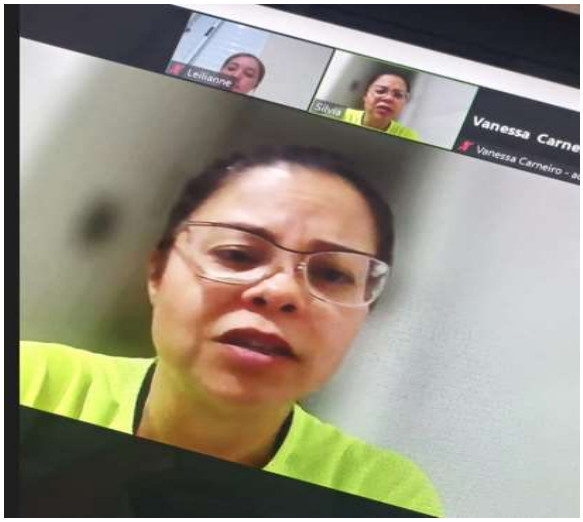




Foto 02 – Centro Pop – visita jan/2023

Foto 03 – Reunião com o gerente do Centro Pop e Cemapa – jan/23.



b) CEMAPA

Foto 04 – Entrada do CEMAPA



Foto 05 – Entrada do CEMAPA



FDSM
Faculdade do Direito do Sul de Minas

Foto 06 – Parte externa



Foto 07 – Dormitório

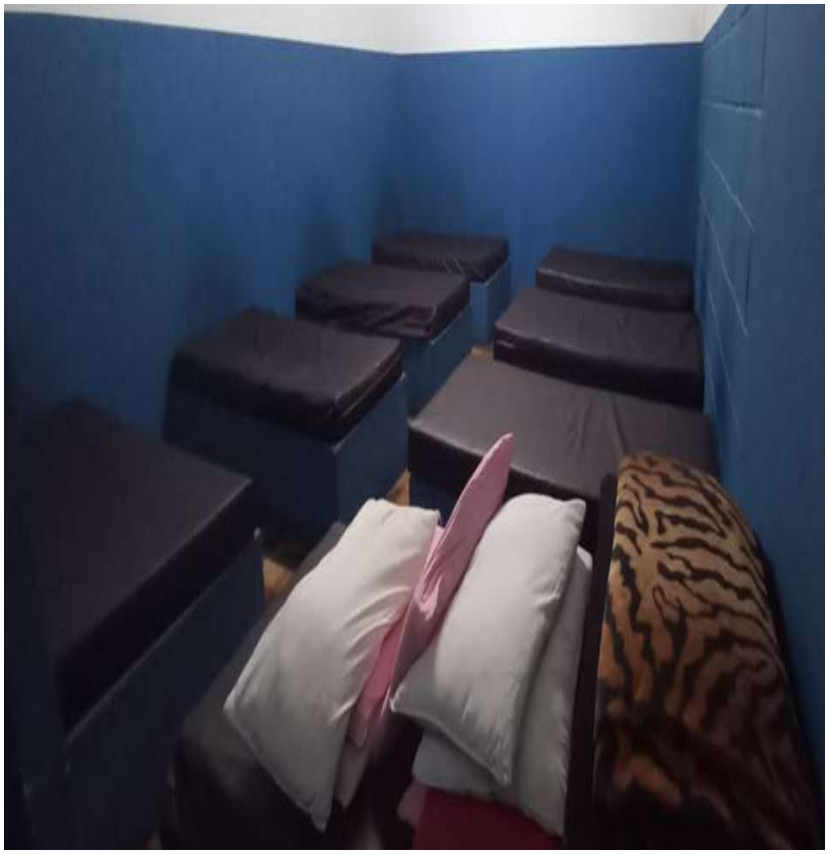


Foto 08 – depósito de roupas



Foto 09 – Lavanderia



X. DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES PROPOSTAS

A) ATIVIDADE 1 – OFICINAS:

Orientar as pessoas em situação de rua, realizando oficinas e distribuindo cartilha informativa, com foco nos direitos dessa população.

A.1) Local, data e hora:

As oficinas serão realizadas em conjunto pela administradora e pelos componentes do grupo nos dias **07 e 09 de novembro de 2023, a partir das 13h**, no Centro Pop - Secretaria de Políticas Sociais de Pouso Alegre – MG, visando o desenvolvimento de potencialidades, resgate e construção de vínculos, bem como distribuir e dialogar sobre os direitos constantes na cartilha.

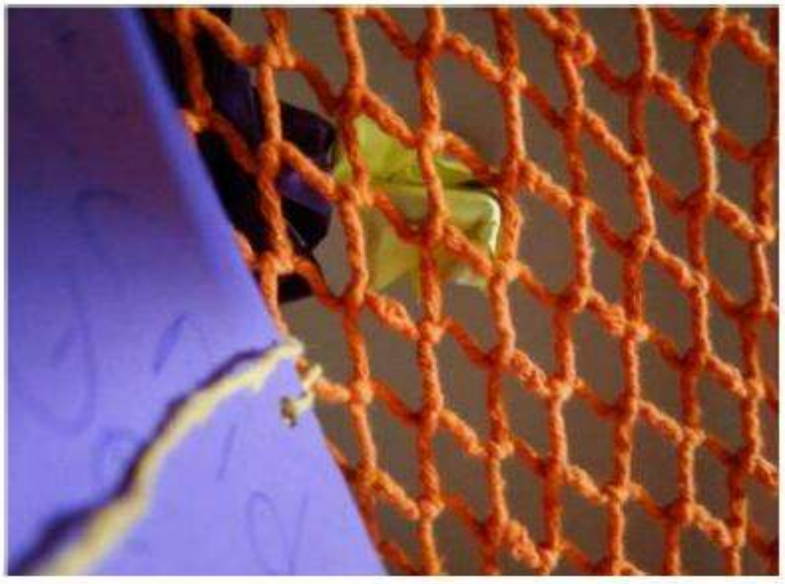
A.2) Propostas de Oficina:

1) **Rede**[29] (Instalação das Redes, com os cartões amassados ou amarrados. Fonte: Portfólio digital-imagético da exposição Mais um Corre.

A partir dos inúmeros relatos dos participantes acerca dos preconceitos, estigmas e violências que vivenciavam cotidianamente e, em contraposição, muitas histórias de vida nas quais o *cair na rua* foi uma possibilidade de rompimento de outras violências, humilhações e violações, o grupo irá propor que cada participante relate quais eram **suas redes de suporte**, o que identifica como perdas e ganhos neste processo. Num primeiro momento, serão utilizados blocos de papeis, caneta e uma rede de barbante, assim, as pessoas poderão expressar o que consideravam ganhos e perdas, produzindo outra instalação artística denominada "*redes*", que ficará exposta no serviço para novas contribuições. As situações, pessoas ou sentimentos serão descritas em papeis; aqueles considerados como ganhos serão expostos, e os considerados perdas amassados e colocados na parte superior da rede. Através dessa proposta e do vínculo estabelecido, o grupo irá ampliar as possibilidades de dialogar sobre o processo de 'ir para as ruas' como alternativa de processos de autonomia e rompimento de violações, para além do que temos como 'falta de opção', bem como ampliar a composição sobre a rede relacional e de apoio formais e informais.

[29] SILVA, Carla Regina et al. Estratégias criativas e a população em situação de rua: terapia ocupacional, arte, cultura e deslocamentos sensíveis. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 26, p. 489-500, 2018.

FDSM

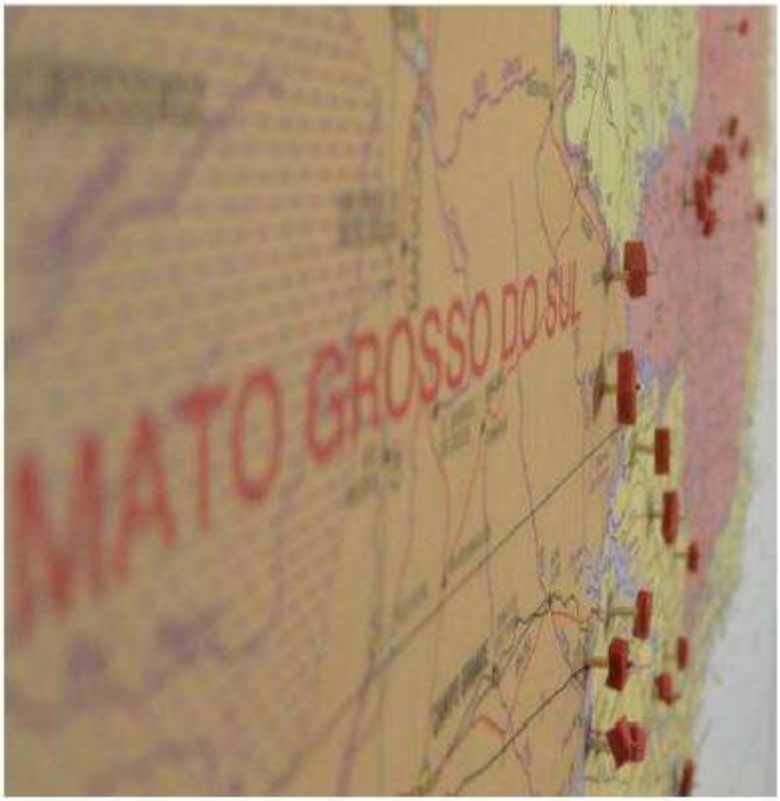


2) Trajetórias[30] **(**Mapa impresso com alfinetes demarcando uma trajetória. Fonte: Portfólio digital-imagético da exposição Mais um Corre).

"Uma linha descrita por um corpo em movimento". Entende-se que um corpo, seja ele qual for, pode, ao se movimentar, interagir com o mundo, ter uma trajetória própria, singular, e é isso que inspira a criação artística da exposição. A itinerância é considerada uma marca da população em situação de rua. Os encontros com nossos participantes revelam uma vida de viagens, de idas e vindas, às vezes autônomas, outras impostas, mas certamente de saberes próprios. A fim de representar as trajetórias dos participantes, o grupo utilizará um mapa do Brasil, fios e alfinetes, traçando os caminhos já percorridos por cada participante, produzindo a instalação artística "*Trajetórias*". A dinâmica visa promover interação, identificação e socialização no grupo, além de muitas informações a respeito das histórias de vida de cada sujeito, pois além de identificar as cidades já percorridas, possibilitando compreender os motivos, anseios, relações e dificuldades vivenciadas entre aqueles que fazem do 'trecho' sua própria jornada de vida e se encontra em trânsito há dias ou anos. Trajetórias são, portanto, todas essas histórias, caminhos, memórias de territorialidades, são as pegadas deixadas e os passos que ainda estão por vir, na perspectiva de que ouvir e refletir sobre essas experiências possam ressignificá-las.

[30] SILVA, Carla Regina et al. Estratégias criativas e a população em situação de rua: terapia ocupacional, arte, cultura e deslocamentos sensíveis. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 26, p. 489-500, 2018.

FDSM



b) ATIVIDADE 2 – DISTRIBIÇÃO DE CARTILHA INFORMATIVA NO MERCADO MUNICIPAL

Sensibilizar a sociedade, em especial os comerciantes, sobre os direitos da população em situação de rua e a postura a ser adotada diante de situações que envolvam essas pessoas, divulgando o trabalho do centro pop e Cemapa, por meio de distribuição de cartilha informativa. A atividade será realizada em conjunto pela administradora e pelos componentes do grupo.

b.1) Local, data e hora:

Mercado Municipal de Pouso Alegre/MG e estabelecimentos, no dia **08/11/2023**, das **09h às 15h** da tarde e de forma digital, através da plataforma "Instagram".

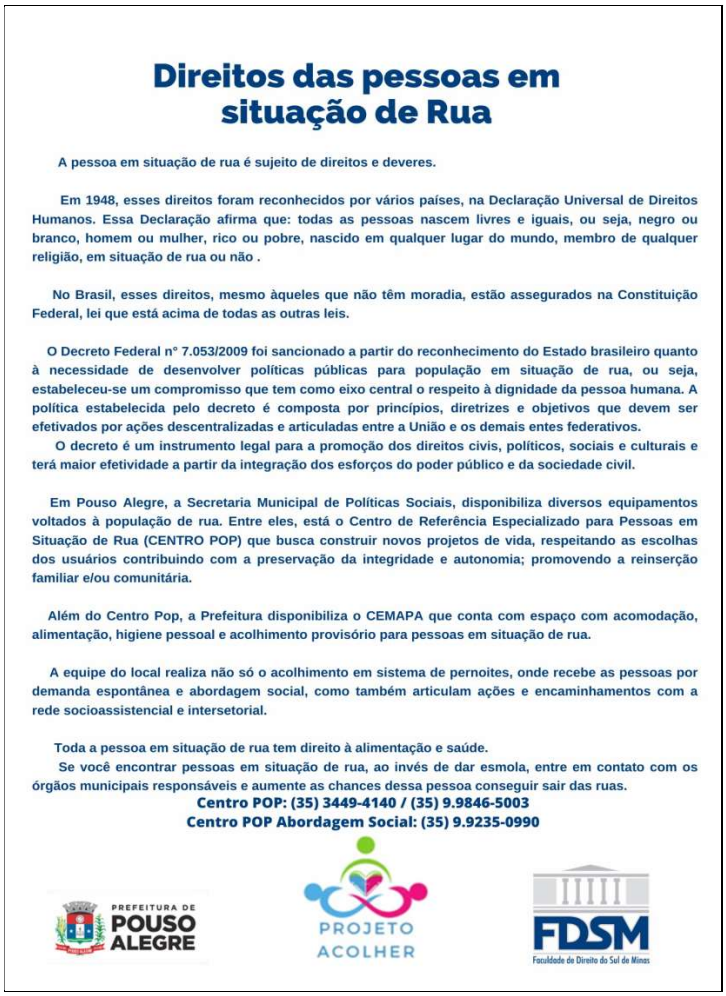
b.2) Cartilha:

Cartilha elaborada pela componente do grupo, Vanessa, abordando os direitos da população de rua, contendo orientações relativas aos direitos desse seguimento e as posturas a serem adotadas pelo comércio local, com divulgação dos meios de contato e o trabalho executado pela Secretaria de Políticas Públicas de Pouso Alegre/MG, instrumentalizada pelo Centro Pop e CEMAPA.

b.2.3) Proposta de cartilha e logo a ser usado no Instagram e nas camiseta

CARTILHA

FDSM
Faculdade de Direito do Sul de Minas



Direitos das pessoas em situação de Rua

A pessoa em situação de rua é sujeito de direitos e deveres.

Em 1948, esses direitos foram reconhecidos por vários países, na Declaração Universal de Direitos Humanos. Essa Declaração afirma que: todas as pessoas nascem livres e iguais, ou seja, negro ou branco, homem ou mulher, rico ou pobre, nascido em qualquer lugar do mundo, membro de qualquer religião, em situação de rua ou não .

No Brasil, esses direitos, mesmo àqueles que não têm moradia, estão assegurados na Constituição Federal, lei que está acima de todas as outras leis.

O Decreto Federal nº 7.053/2009 foi sancionado a partir do reconhecimento do Estado brasileiro quanto à necessidade de desenvolver políticas públicas para população em situação de rua, ou seja, estabeleceu-se um compromisso que tem como eixo central o respeito à dignidade da pessoa humana. A política estabelecida pelo decreto é composta por princípios, diretrizes e objetivos que devem ser efetivados por ações descentralizadas e articuladas entre a União e os demais entes federativos.
O decreto é um instrumento legal para a promoção dos direitos civis, políticos, sociais e culturais e terá maior efetividade a partir da integração dos esforços do poder público e da sociedade civil.

Em Pouso Alegre, a Secretaria Municipal de Políticas Sociais, disponibiliza diversos equipamentos voltados à população de rua. Entre eles, está o Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua (CENTRO POP) que busca construir novos projetos de vida, respeitando as escolhas dos usuários contribuindo com a preservação da integridade e autonomia; promovendo a reinserção familiar e/ou comunitária.

Além do Centro Pop, a Prefeitura disponibiliza o CEMAPA que conta com espaço com acomodação, alimentação, higiene pessoal e acolhimento provisório para pessoas em situação de rua.

A equipe do local realiza não só o acolhimento em sistema de pernoites, onde recebe as pessoas por demanda espontânea e abordagem social, como também articulam ações e encaminhamentos com a rede socioassistencial e intersetorial.

Toda a pessoa em situação de rua tem direito à alimentação e saúde.
Se você encontrar pessoas em situação de rua, ao invés de dar esmola, entre em contato com os órgãos municipais responsáveis e aumente as chances dessa pessoa conseguir sair das ruas.

Centro POP: (35) 3449-4140 / (35) 9.9846-5003
Centro POP Abordagem Social: (35) 9.9235-0990

PREFEITURA DE POUSO ALEGRE
PROJETO ACOLHER
FDSM Faculdade de Direito do Sul de Minas

LOGO



c) ATIVIDADE 3 – CAMPANHA PARA ARRECADAÇÃO DE ROUPAS

Campanha para arrecadação de roupas na FDSM, com exposição aos alunos de graduação e funcionários, instalação de ponto de arrecadação na entrada da Faculdade, com

exposição de cartaz. A atividade será realizada em conjunto pela administradora e pelos componentes do grupo.

c.1) Local, data e hora:

- Exposição nas salas de aula da graduação e seções de trabalho - **dia 07/11/2023**, das **08h às 12h e das 19h às 22h**. (campanha em todas as salas de aula)

- Instalação do ponto de arrecadação no período de **27/10/2023 à 09/11/2023**, na portaria principal da FDSM, das 08h às 22h (revezamento das integrantes do grupo).

c.2) Proposta de cartaz para a campanha de arrecadação de roupas



d) ATIVIDADE 4 –ATIVIDADES DE ACOLHIMENTO NO CEMAPA

Participar das atividades desenvolvidas pelo CEMAPA, contribuindo nos trabalhos de triagem, fornecimento de alimentação, descontração e distribuição da cartilha nos períodos em que as pessoas são recebidas no centro de acolhimento. A atividade será realizada em conjunto pela administradora e pelos componentes do grupo.

d.1) Local, data e hora:

CEMAPA, dia 09/11/2023 das 19h às 23h.

E) ATIVIDADE 5 – ENTREGA DAS ROUPAS E TELEVISÃO ARRECADADAS

Entrega das roupas arrecadadas e televisão ao CEMAPA, dia 10/11/23 às 14h. A atividade será feita em conjunto pela administradora e pelos componentes do grupo.

XI. OBJETIVO GERAL E OBJETIVOS ESPECIFICIOS

XI.I) OBJETIVO GERAL

Analisar o Decreto nº. 7.053/2009, com enfoque nos direitos fundamentais da pessoa humana, conscientizando a sociedade a respeito da responsabilidade social para com seus cidadãos, com divulgação e campanha nas salas de aula da FDSM para arrecadação de roupas enfatizando o papel da academia na sociedade, enquanto instrumento de transformação com a finalidade de desenvolver os conhecimentos teóricos com ações que resultem na inserção social da população em situação de rua que vivem à margem da sociedade.

XI.II) OBJETIVOS ACADÊMICOS

Orientar as pessoas em situação de rua, realizando oficinas e distribuindo cartilha informativa, com foco nos direitos dessa população, em conjunto com o Centro Pop - Secretaria de Políticas Sociais de Pouso Alegre – MG;

XI.III) OBJETIVOS DE SENSIBILIZAÇÃO

Sensibilizar a sociedade, em especial os comerciantes, sobre a postura a ser adotada diante de situações que envolvam a população de rua, divulgando o trabalho do centro pop e Cemapa, por meio de distribuição de cartilha informativa.

XI.IV) OBJETIVOS MATERIAIS

Participar das atividades desenvolvidas pelo CEMAPA, contribuindo nos trabalhos de triagem, fornecimento de alimentação e descontração nos períodos em que as pessoas são recebidas no centro de acolhimento, propiciando melhoria de vida das pessoas em situação de rua;

Arrecadação de roupas na FDSM.

XII. METODOLOGIA

FDSM
Faculdade do Sul de Minas

Fazer das ruas a sua casa é ser invisível para a sociedade, é se desvincular da comunidade, da família, é viver a experiência de não pertencer a lugar algum. O trabalho visa dar visibilidade a essas pessoas, enquanto cidadãs. As proposta de oficina tem como objetivo trabalhar as experiências vividas, estabelecendo vínculos e ampliando as possibilidades de dialogar sobre o processo de 'ir para as ruas' como alternativa de processos de autonomia e rompimento de violações, para além do que temos como 'falta de opção', bem como ampliar a composição sobre a rede relacional e de apoio formais, informais e representar as trajetórias dos participantes, utilizando um mapa do Brasil, fios e alfinetes, e traçados os caminhos já percorridos por cada participante, produzindo a instalação artística "*Trajetórias*". A dinâmica visa promover interação, identificação e socialização no grupo, além de muitas informações a respeito das histórias de vida de cada sujeito, pois além de identificar as cidades já percorridas, possibilitando compreender os motivos, anseios, relações e dificuldades vivenciadas entre aqueles que fazem do 'trecho' sua própria jornada de vida e se encontra em trânsito há dias ou anos. Trajetórias são, portanto, todas essas histórias, caminhos, memórias de territorialidades, são as pegadas deixadas e os passos que ainda estão por vir, na perspectiva de que ouvir e refletir sobre essas experiências possam ressignificá-las.

Após as oficinas o grupo distribuirá as cartilhas, fazendo a leitura e iniciando um diálogo sobre os principais direitos da população em situação de rua. As cartilhas também serão entregues no mercado municipal e nos estabelecimentos próximos ao centro da cidade, com o intuito de sensibilizar e informar tanto os destinatários do projeto (população de rua), como os comerciantes das localidades, a respeitos dos direitos e dos procedimentos a serem adotados em situações que envolvam esse segmento da população.

A campanha de arrecadação de roupas será realizada na FDSM, com breve exposição nas salas de aula e fixação de ponto de arrecadação na entrada da instituição acadêmica, cujo objetivo é envolver os estudantes e arrecadar roupas para serem doadas ao CEMAPA, visto que uma da necessidades materiais mais premente, pois ao receber os moradores de rua o CEMAPA fornece as roupas limpas mas não possui uma reserva suficiente para atender a todos.

Para o desenvolvimento deste projeto, utilizou-se a metodologia bibliográfica ou revisão literária. Dessa forma, é possível alcançar uma dimensão jurídica, histórica e hermenêutica, com a específica interação entre o PPGD e a FDSM, que nos permite aproximar das reais carências e necessidades acerca do problema daqueles que vivem à margem da sociedade.

XIII. RESULTADOS ESPERADOS

FDSM
Faculdade de Direito do Sul de Minas

Espera-se que a comunidade acadêmica e regional se sensibilize com o tema e contribua com o amparo material aos moradores de rua. Para tanto, há a expectativa de que (não necessariamente nesta ordem): 1) Arrecadaremos uma quantidade satisfatória de roupas e uma televisão para o abastecimento do CEMAPA; 2) possamos desenvolver as oficinas junto aos moradores de rua que são assistidos no Centro Pop; 3) Que os integrantes do grupo possam estabelecer uma aproximação e dialoguem com os moradores de rua recebidos no CEMAPA. Por fim, espera-se que as ações promovidas pelo Grupo de Inserção Social Acolher contribuam e melhorem, ainda que discretamente, no aumento do apoio e valorização dos trabalhos realizados pelo CENTRO POP E CEMAPA, de modo que esta parceria seja relevante, produtiva e significativa para os integrantes do grupo, para a Secretaria de Políticas Públicas de Pouso Alegre, para a comunidade e em especial, para a população em situação de rua.

XIV. RELATÓRIO

Após formalização da autorização emitida pelo coordenador do Núcleo de Inserção Social, o grupo encaminhou a versão final para anuência da Instituição – Secretárias de Políticas Públicas da cidade de Pouso Alegre. Com a liberação da Faculdade e da Instituição parceira, iniciamos as atividades no dia 27/10/2023, instalando o ponto de arrecadação de roupas para serem doadas no Cemapa, unidade responsável pelo Serviço de Acolhimento Institucional, nas modalidades: abrigo institucional; Casa de Passagem Atendimento ao migrante, itinerante em situação de rua na cidade de Pouso Alegre, oferecendo abrigo, alimentação, higienização, encaminhamentos e passagens:



No dia 07/11/2023 o grupo realizou campanha de arrecadação de roupas na FDSM, divulgando em rede social (instagram), nos quadros de aviso em salas de aula e fazendo uma breve exposição a respeito do programa de mestrado, do projeto de inserção e da instituição

parceira destinatária das doações, em todas as salas de aula da graduação (período da manhã e noite):

Publicação do Instagram



Quadro de avisos nas salas de aulas



Sala de aula período da manhã



Sala de aula período noturno



Também no dia 07, das 13:00 às 15:00, o grupo participou da oficina realizada no Centro Pop, em Pouso Alegre, aplicando a proposta de oficina “redes”, utilizando uma rede, blocos de papel e canetas, o grupo iniciou um diálogo com os participantes (pessoas em situação de rua), estimulando-os a relatar os preconceitos, estigmas e violências que vivenciam cotidianamente e, bem como as histórias de vida nas quais o *cair na rua* foi uma possibilidade de rompimento de outras violências, humilhações e violações, o grupo propôs que cada participante identificasse suas **redes de suporte**, o que identifica como perdas e ganhos em sua experiência de vida. Num primeiro momento, foram utilizados blocos de papeis, caneta e uma rede de barbante, assim, as pessoas expressaram o que consideravam ganhos e perdas nos papeis;

FDSM
Faculdade de Direito do Sul de Minas

aqueles considerados como ganhos foram expostos, e os considerados perdas amassados e colocados na parte superior da rede. Através dessa proposta e do vínculo estabelecido, o grupo ampliou as possibilidades de dialogar sobre o processo de 'ir para as ruas' como alternativa de processos de autonomia e rompimento de violações, bem como o reconhecimento das redes relacionais e de apoio formais e informais, em especial o trabalho desenvolvido pela Secretaria de Políticas Públicas da cidade de Pouso Alegre/MG.

Após a atividade o grupo distribuiu as cartilhas e realizou a leitura em conjunto com os participantes, abordando o Decreto Federal nº. 7.053/2009 e os trabalhos realizados pelo Centro Pop e CEMAPA. A proposta foi bem recepcionada pelos participantes, logrando êxito em desenvolver um dialogo produtivo sobre os direitos e deveres dos cidadãos e da sociedade. Ao final os participantes receberam um lanche e chocolates.

Oficina realizada no dia 07/11/2023

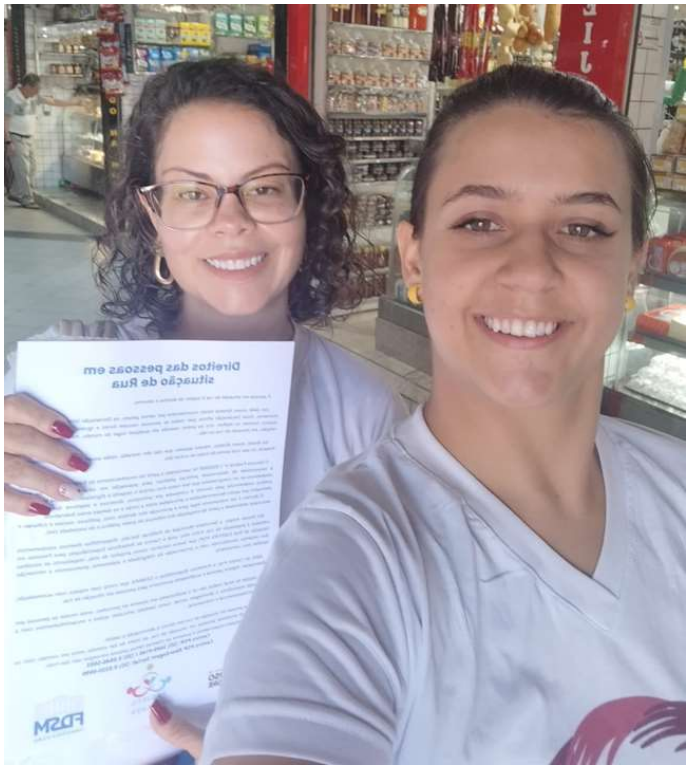


No dia 08/11/2023 o grupo distribuiu as cartilhas no Mercado Municipal, dialogando com os comerciantes a respeito dos trabalhos desenvolvidos pela Secretaria de Políticas Públicas de Pouso Alegre/MG (CENTRO POP E CEMAPA), com ênfase na postura a ser adotada pelos comerciantes em situações que envolvam as pessoas em situação de rua, evitando a esmola e solicitando apoio imediato ao Centro Pop, responsável pela abordagem social, acolhimento e direcionamento dessas pessoas.

Distribuição de cartilhas no mercado municipal de Pouso Alegre/MG

FDSM
Faculdade de Direito do Sul de Minas





No dia 09/22/2023 o grupo realizou a segunda oficina denominada “trajetórias”, utilizando um mapa do Brasil, alfinetes e barbante, foram traçados os percursos de cada participantes pelo Brasil. Considerando que a itinerância é uma marca da população em situação de rua. A fim de representar as trajetórias dos participantes, promover interação, identificação

FDSM
Faculdade do Direito do Sul de Minas

e socialização no grupo, além de muitas informações a respeito das histórias de vida de cada sujeito, pois além de identificar as cidades já percorridas, possibilitando compreender os motivos, anseios, relações e dificuldades vivenciadas entre os participantes. A atividade revelou uma vida de viagens, de idas e vindas, às vezes autônomas, outras impostas, mas certamente de saberes próprios. Os participantes compartilharam as experiências vividas ao longo da jornada, e enfatizaram que na cidade de Pouso Alegre encontraram amparo e incentivo para lutar contra os vícios, encontrando esperança e força para saírem das ruas.

Equipe de funcionários do CENTRO POP – oficina "trajetórias"



Mestrandas aplicando a atividade

FDSM
Faculdade do Sul de Minas



Finalizando as atividades no dia 09/11/2023, que deram muitos frutos, com arrecadação das roupas, uma televisão e um forno micro-ondas, entregues ao CEMAPA às 18:00. Nesta oportunidade, as mestrandas acompanharam os trabalhos de recebimento das pessoas em situação de rua, apoiando as atividades.

Roupas arrecadadas, televisão e forno micro-ondas



Mestrandas com o Gerente Roberto Aparecido da Silva, responsável pelo Centro Pop e Cemapa e a Assistente Social na função de Coordenadora do Cemapa Gislei Beatriz dos Reis Milani

FDSM
Faculdade do Direito do Sul de Minas



Mestrandas fornecendo toalhas de banho



XV. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente projeto tratou da condição humana e os direitos inerentes a essa condição, com enfoque na fundamentalidade dos direitos sociais garantidos pela Constituição Federal, com atividades realizadas em conjunto com a Secretaria de Políticas Sociais da Prefeitura de Pouso Alegre/MG, é responsável por efetivar os objetivos da Política Nacional para a população em situação de rua, atuando para assegurar o acesso amplo, simplificado e seguro aos serviços e programas que integram as políticas públicas de saúde, educação, previdência, assistência social, moradia, segurança, cultura, esporte, lazer, trabalho e renda.

Para tanto, foram realizadas atividades junto às pessoas em situação de rua em Pouso Alegre/MG, bem como promoveu-se a integração da sociedade civil, através da entrega de

cartilhas no Mercado Municipal de Pouso Alegre e a academia, através da conscientização em sala de aula e da entrega de doações.

Contudo, é imperativo reconhecer que a transformação social é um processo contínuo e complexo. Este projeto, embora represente um passo significativo na direção certa, destaca a necessidade de uma abordagem sustentável a longo prazo. A manutenção do diálogo aberto entre a sociedade civil, a academia e a população em situação de rua é essencial para a evolução contínua desta iniciativa.

XVI. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDT, Hannah. A Condição Humana. Tradução de Roberto Raposo, posfácio de Celso Lafer. – 10 ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

BRASIL. Lei nº 12.986, de 02 de junho de 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12986.htm. Acesso em 31/07/2023.

BOGOTÁ. Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem. 1948. Disponível: https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/b.declaração_americana.htm. Acesso em 27 de julho de 2023.

BORDIEU, Pierre. Efeitos de lugar in A Misério do mundo/ sob direção de Pierre Bourdieu; com contribuições de A. Accaedo... et al., 9. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

CHALHOUB, Sidney. "Vadios e barões no ocaso do Império: o debate sobre a repressão da ociosidade na Câmara dos Deputados em 1888." Estudos Ibero-Americanos 9, no. 1, 2 (1983): 54. Disponível em: https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/36351/19101. acesso em 17/02/2023.

Declaração universal dos Direitos Humanos. Disponível: https://www.oas.org/dil/port/1948%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20Universal%20dos%20Direitos%20Humanos.pdf. Acesso em 31/07/2023

Decreto 7.053, de 23 der dezembro de 2009 disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm, acesso em 26/02/2023.

FDSM

MORAES, Maria Celina Bodin. Na medida da pessoa humana. Estudos de Direitos Civil Constitucional. Rio de Janeiro: Renovar, 2010.

Natalino, Marco. Estimativa da População em situação de rua no Brasil (2012-2022) - Brasília: Ed. Ipea, 2022, p. Disponível em: Https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11604/1/NT_Estimativa_da_Populacao_Publicacao_Preliminar.pdf . acesso em 17/02/2023.

Prefeitura oferece oficinas gratuitas para a população de rua. Disponível em: https://pousoalegre.mg.gov.br/noticias_individual/3287. Aceso 21/08/2023.

RESENDE, Viviane de Melo. A naturalização da miséria contemporânea: análise discursiva crítica de uma circular de condomínio. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, v. 8, p. 71-91, 2008.

Scorel, Sarah. Vidas ao Léo: trajetórias de exclusão social – Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 1999.

Secretária Municipal de Politicas Sociais da Prefeitura de Pouso Alegre. Disponível em: https://www.fdsm.edu.br/arquivos/insercao-social/convenio-pmpa-instituicoes.pdf. Acesso 12/01/2023.

SILVA, Carla Regina et al. Estratégias criativas e a população em situação de rua: terapia ocupacional, arte, cultura e deslocamentos sensíveis. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 26, p. 489-500, 2018.

ZYGMUNT, Bauman. Vidas Desperdiçada; Tradução Carlos Alberto Medeiros - Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2005, p.53.

FDSM